

MULHERES E GESTÃO RURAL: Estudo da Percepção de Agricultoras e Pecuaristas Familiares no Pampa Gaúcho

Shirley Grazieli da Silva Nascimento¹, Cassandra Nascimento Rodrigues²
Cláudio Marques Ribeiro³, Rodrigo da Silva Lisboa⁴
Juliano Luiz Fossá⁵, Joélio Farias Maia⁶

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.17331>

Submetido em: 24/6/2025

Aceito em: 3/11/2025

Publicado em: 25/11/2025

RESUMO

Tema amplamente discutido na atualidade, o papel da mulher na realização das atividades rurais tem ganhado notoriedade no Brasil e no mundo. A cada dia são apresentados dados que demonstram que não há espaço ou profissão que as mulheres não possam acessar. Este estudo propôs-se a analisar a percepção das agricultoras e pecuaristas familiares no Pampa Gaúcho sobre seu papel na gestão rural, identificando os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para superar possíveis obstáculos. Foram entrevistadas 11 mulheres que residem em áreas rurais e desempenham papel de destaque na gestão de suas propriedades. As entrevistadas foram contatadas por meio do método de informante-chave. Metodologicamente, este artigo assenta-se na pesquisa qualitativa, e os dados foram analisados mediante a análise de conteúdo. Os principais resultados mostram que dificuldades como preconceito, falta de reconhecimento e a sobrecarga de responsabilidades refletem a persistência de barreiras culturais e estruturais. Também destacam-se a resiliência e a capacidade dessas mulheres profissionais em superar obstáculos e buscar soluções para os problemas enfrentados no dia a dia.

Palavras-chave: gênero; invisibilidade; persistência; mulheres rurais.

WOMEN AND RURAL MANAGEMENT:

A STUDY ON THE PERCEPTION OF FAMILY FARMERS AND LIVESTOCK PRODUCERS IN THE PAMPA GAÚCHO

ABSTRACT

A topic widely discussed today, the role of women in conducting rural activities, has gained notoriety in Brazil and around the world. Every day data is presented that demonstrates that there is no space or profession that women cannot access. This study aimed to analyze the perception of family farmers and ranchers in Pampa Gaúcho about their role in rural management, identifying the challenges faced and the strategies adopted to overcome obstacles. Eleven women who reside in rural areas and play a prominent role in the management of their properties were interviewed. Interviewees were contacted using the key informant method. Methodologically, this article is based on qualitative research, the data was analyzed through content analysis. The main results express that difficulties such as prejudice, lack of recognition, and overload of responsibilities, on the other hand, reflect the persistence of cultural and structural barriers. However, the resilience and ability of these professional women to overcome obstacles and seek solutions to the problems they face daily also stand out.

Keywords: gender; invisibility; persistence; rural woman.

¹ Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Dom Pedrito/RS, Brasil. <https://orcid.org/0009-0007-2278-8651>

² Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Dom Pedrito/RS, Brasil. <https://orcid.org/0009-0008-6028-3352>

³ Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Dom Pedrito/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4105-5684>

⁴ Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Dom Pedrito/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4422-8157>

⁵ Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Dom Pedrito/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>

⁶ Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Capão do Leão/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3616-7630>

INTRODUÇÃO

Historicamente, o setor agrícola tem sido predominantemente dominado por homens, com as mulheres desempenhando papéis secundários ou ocupando posições menos visíveis. Observa-se, no entanto, um movimento inspirador em direção à igualdade de gênero, à medida que cada vez mais mulheres estão assumindo papéis de liderança e influência no setor agrícola. Este fenômeno tem sido impulsionado por diversas iniciativas governamentais e não governamentais que promovem a inclusão feminina no campo, bem como por mudanças culturais e sociais que reconhecem o valor da contribuição das mulheres (Brumer, 2004; Siliprandi, 2015).

Nas últimas décadas, o papel das mulheres no setor rural tem recebido crescente atenção acadêmica, destacando-se sua participação ativa na agricultura e na pecuária familiar. No contexto do Pampa Gaúcho, região caracterizada por suas extensas pastagens naturais e uma forte tradição agropecuária, as mulheres têm desempenhado funções essenciais na gestão e operação das propriedades rurais (Nascimento *et al.*, 2024; Langbecker; Montardo; Ribeiro, 2021).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, empoderar mulheres agricultoras pode aumentar significativamente a produtividade agrícola e melhorar a segurança alimentar. Estudos mostram que quando as mulheres têm acesso igualitário a recursos como terra, crédito e tecnologia, a produção agrícola pode aumentar entre 20% e 30%, contribuindo para a redução da fome e da pobreza (FAO, 2011).

No Brasil, a presença feminina no campo tem se tornado mais visível. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, as mulheres representam cerca de 18% dos produtores rurais no país, um número que tem crescido ao longo dos anos (IBGE, 2019). Além disso, iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher) têm desempenhado um papel crucial ao facilitar o acesso das mulheres ao crédito e a outros recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades agropecuárias.

A agricultura familiar é responsável por boa parte da produção de alimentos consumidos internamente no país, e as mulheres têm um papel crucial neste contexto. De acordo com a Lei nº 11.326 de 2006 (Brasil, 2006), a agricultura familiar é caracterizada pelo trabalho predominante da mão de obra familiar, e é neste cenário que as mulheres se destacam, tanto na produção quanto na gestão das propriedades, garantindo a preservação dos saberes tradicionais e a manutenção da biodiversidade local (Brumer; Dos Anjos, 2012; Schwab, 2019).

Em âmbito nacional e também no Pampa Gaúcho, as agricultoras e pecuaristas familiares estão reconfigurando cenários patriarcais e se destacando como líderes em suas comunidades. Elas não apenas contribuem economicamente, mas também promovem práticas sustentáveis e inovadoras na gestão das propriedades rurais. Essas mulheres estão se tornando agentes de mudança, inspirando outras a seguir seus passos e a lutar por igualdade de oportunidades no setor agrícola (Langbecker; Perleberg, 2014; Da Silveira Joia; Orfão, 2023).

A gestão rural, no entanto, quando realizada pelas mulheres, enfrenta desafios específicos decorrentes tanto de questões culturais quanto estruturais. Estudos demonstram que, apesar de sua significativa contribuição para a produção agropecuária e para a sustentabilidade das propriedades familiares, as mulheres rurais frequentemente enfrentam barreiras de acesso a recursos, crédito e tecnologias, além de serem sub-representadas em espaços de decisão (FAO, 2011; Siliprandi, 2015).

Dentro desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a percepção das agricultoras e pecuaristas familiares no Pampa Gaúcho sobre seu papel na gestão rural, identificando os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para superar possíveis obstáculos. Ao compreender essa dinâmica, pode-se trazer luz a esse protagonismo e/ou invisibilidade do papel da mulher rural em suas propriedades, compreensão essa que se faz essencial para promover políticas públicas que fortaleçam a participação feminina no campo, contribuindo para a equidade de gênero e o desenvolvimento sustentável da região.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Mulheres, gestão e trabalho rural – ainda em busca pela visibilidade

A masculinização do espaço rural é um fenômeno amplamente documentado na literatura, caracterizado pela predominância masculina nas atividades agrícolas, na posse de terras e nos espaços de decisão. Este processo resulta na marginalização das mulheres e na desvalorização de suas contribuições no meio rural (Brumer, 2004; Siliprandi, 2015).

Historicamente, a agricultura tem sido vista como uma atividade masculina, com a imagem do agricultor frequentemente associada ao homem. As mulheres, por sua vez, foram relegadas a papéis secundários, muitas vezes invisíveis, apesar de sua participação crucial em todas as etapas da produção agrícola e na gestão das propriedades familiares (Siliprandi, 2015). A divisão sexual do trabalho no campo reforça essa masculinização, atribuindo às mulheres tarefas domésticas e de cuidado, enquanto os homens assumem as funções produtivas e de tomadas de decisão (Brumer, 2004).

Comparativamente aos homens, as mulheres enfrentam desvantagens, tais como baixos salários, não remuneração, subordinação, dependência no trabalho agrícola, falta de acesso à terra, falta de capital para despesas correntes, tecnologia e canais de comercialização. Outro tipo de dificuldade enfrentada pelas mulheres que atuam no setor agrícola é a divisão do trabalho. Essa divisão, historicamente, construiu uma estrutura em que as mulheres estavam alheias às atribuições de gestão e liderança dos negócios rurais, tanto pelo viés de gênero quanto pelo poder centralizado na figura paterna (Serigati; Severo; Possamai, 2018). Percebe-se, no entanto, um longo caminho a ser trilhado para um cenário de maior equilíbrio entre os gêneros no setor agrícola.

Desvalorização e falta de reconhecimento do papel da mulher no trabalho rural

A desvalorização e a falta de reconhecimento do papel da mulher no trabalho rural são problemas históricos e persistentes. No contexto da agricultura familiar, as mulheres desempenham uma variedade de tarefas essenciais, desde a produção agrícola até a gestão das propriedades, acumulando, muitas vezes, também responsabilidades domésticas e de cuidado (Brumer, 2004). Esse trabalho, entretanto, é frequentemente invisibilizado e subvalorizado tanto econômica quanto socialmente.

Pesquisas mostram que as mulheres no meio rural têm menos acesso a recursos produtivos, como terra, crédito e tecnologia, em comparação com os homens (FAO, 2011). Essa desigualdade de acesso é reforçada por normas culturais que tradicionalmente associam

as atividades agrícolas ao papel masculino, relegando as mulheres a funções de apoio ou de menor prestígio (Siliprandi, 2015).

Contrariando essa tendência de desvalorização, observa-se que a atuação feminina no mercado de trabalho, impulsionada pelo desenvolvimento econômico e pelo aumento dos índices de escolaridade, além de mudanças demográficas e sociais, tem se alterado significativamente nas últimas décadas. O trabalho feminino, antes considerado sem valor produtivo e voltado majoritariamente às atividades que garantiam a manutenção da estrutura familiar, como cuidar dos filhos, do marido e das tarefas domésticas, agora participa efetivamente do sistema produtivo (Butto, 2006).

Atualmente, é evidente a crescente participação feminina em todos os setores econômicos, não apenas como complemento da renda familiar, mas também como principais responsáveis pelo aporte financeiro de um número significativo de lares brasileiros. A inserção da mulher no mercado de trabalho foi impulsionada não somente por questões econômicas, mas também por fatores demográficos, como a redução da taxa de fecundidade, o menor tamanho das famílias, o envelhecimento da população, com uma maior expectativa de vida para as mulheres, e o acentuado crescimento de arranjos familiares chefiados por elas. Além disso, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, juntamente com a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades, contribuíram para a transformação da identidade feminina (Bruschini; Lombardi, 2007).

A realidade no cenário rural, todavia, é outra em relação ao papel da mulher no trabalho nas propriedades. O Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019) revela fatores de masculinização no campo no Estado do Rio Grande do Sul, no qual 88% das famílias rurais são geridas por homens. Essa constatação pode evidenciar uma invisibilidade ou, ainda, negligência no que se refere ao papel da mulher no trabalho rural. Já no cenário urbano, dados do Censo populacional mostram que 49,1% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, o que pode reforçar ainda mais a invisibilidade do seu trabalho no cenário rural.

Para Karam (2004), a mulher que participa da agricultura desempenha um papel fundamental em todo o processo produtivo. No campo da produção as mulheres têm sido precursoras dentro da unidade familiar, assumindo os desafios impostos pela inovação tecnológica.

Nesse contexto, são inúmeros os desafios que as mulheres enfrentam para alcançar reconhecimento no setor agrícola. Apesar, no entanto, das dificuldades, elas vêm conquistando seu espaço e superando a baixa participação e invisibilidade no cenário rural. É perceptível, e em crescimento, a presença feminina na comercialização e no gerenciamento financeiro das agroindústrias, embora esse ainda seja um campo de predominância masculina.

Políticas e formas de valorização do trabalho realizado pela mulher rural

As principais questões que estão na origem dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais envolvem o reconhecimento formal da profissão de agricultora, visando a combater a invisibilidade produtiva do trabalho feminino no campo. Historicamente, o trabalho das mulheres rurais foi associado a atividades domésticas, mesmo quando elas estavam ativamente envolvidas na produção agrícola. Uma das principais bandeiras desses movimentos é a luta por direitos sociais, como a aposentadoria, o salário-maternidade e o direito à sindicalização.

Além disso, o acesso à terra é um tema central, com as mulheres reivindicando a titulação conjunta das propriedades em nome do casal ou exclusivamente em nome das mulheres, especialmente quando são chefes de família, solteiras ou separadas. Essas demandas específicas de gênero foram incorporadas, nas décadas de 1980 e 1990, às discussões sobre a Reforma Agrária, fortalecendo a luta por equidade no acesso à terra (Heredia; Cintrão, 2012).

Uma questão fundamental para que as agricultoras familiares e de comunidades tradicionais tenham acesso a políticas públicas, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), é a formalização por meio do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Além do acesso a políticas de crédito e assistência técnica, o direito à Previdência Social para as agricultoras familiares, na condição de seguradas especiais, representa uma das maiores conquistas dos movimentos de mulheres rurais no Brasil. Esse direito assegura aposentadoria, salário-maternidade e outros benefícios, garantindo maior segurança econômica e reconhecimento do trabalho no campo. A conquista desses direitos é resultado de décadas de mobilização e pressão política organizada pelos movimentos sociais, como a Marcha das Margaridas, que uniu mulheres rurais de todo o país na defesa de seus direitos (Nobre; Moreno, 2024).

Essas políticas e formas de valorização representam avanços significativos para as mulheres rurais no Brasil. Apesar, contudo, dos progressos, a efetividade dessas medidas ainda enfrenta desafios, como a falta de continuidade de políticas públicas e a resistência cultural em reconhecer a importância do papel feminino na agricultura.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo acadêmico foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com a análise de diferentes tipos de documentos (artigos, teses, dissertações, textos *on-line*, reportagens informativas), além de conversas e entrevistas presenciais com agricultoras e pecuaristas familiares do município de Dom Pedrito, Rio Grande do Sul. A seguir são descritas as variáveis que compõem a metodologia: ambiente de estudo, técnicas de coleta e análise dos resultados.

Ambiente de estudo

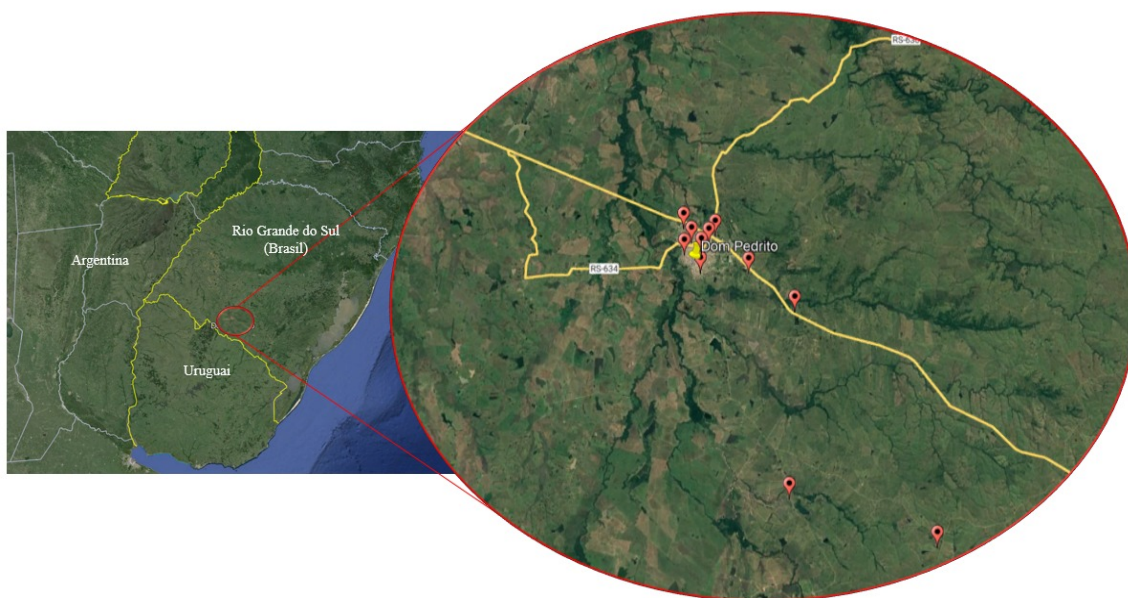
O universo deste estudo é o município de Dom Pedrito, localizado na região da Campanha do Rio Grande do Sul, conforme mostra a Figura 1 infra. O município destaca-se pela diversidade de sua produção agrícola familiar e pelas suas características geográficas e socioeconômicas que impactam diretamente as dinâmicas das unidades produtivas rurais (Nascimento *et al.*, 2020).

Segundo dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), Dom Pedrito tem uma população estimada em 36.981 habitantes e uma área territorial de 5.190,238 km². A densidade demográfica é de aproximadamente 7,1 habitantes por km², evidenciando o caráter predominantemente rural da região. A economia local é fortemente influenciada pela agropecuária, com destaque para a produção de soja, arroz e pecuária de corte, que são as atividades principais em muitas das propriedades familiares (Nascimento *et al.*, 2020).

Geograficamente, o município faz fronteira ao sul com a República Oriental do Uruguai, ao oeste com Santana do Livramento, ao leste com Bagé e ao norte com Rosário do Sul, além de pequenos trechos de fronteira com os municípios de São Gabriel e Lavras do Sul. A hidrografia da região é composta pelo Rio Santa Maria, que tem maior presença, e, em menor proporção, pelos Rios Ibicuí e Camaquã (IBGE, 2023).

Dom Pedrito é subdividido em cinco distritos, o que facilita a organização administrativa e a coleta de dados. As áreas rurais são amplas e abrigam muitas propriedades familiares, o que reforça o caráter agrícola do município. A pesquisa foca nas mulheres que vivem e trabalham em unidades produtivas familiares nessas áreas, buscando compreender suas percepções sobre a gestão dessas unidades e as dinâmicas de trabalho e divisão de tarefas. A Figura 1 ilustra a localização das unidades familiares de produção das mulheres participantes do estudo.

Figura 1 – Localização do município de Dom Pedrito e das unidades familiares de produção das mulheres rurais participantes do estudo



Fonte: Elaborada pelos autores (2024) a partir dos *softwares* Earth e Maps @Google.

Além da produção agrícola e pecuária, a estrutura fundiária do município é marcada por grandes propriedades de pecuária extensiva, mas também por pequenas e médias propriedades familiares, onde desenvolvem-se sistemas de produção diversificados. As mulheres, embora frequentemente invisibilizadas nas estatísticas formais de trabalho, desempenham um papel central na organização e gestão dessas propriedades, seja no trabalho direto com a terra, seja na administração das finanças e das tarefas cotidianas.

Conforme dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), Dom Pedrito possui 1.097 propriedades rurais; desse total de estabelecimentos agropecuários, 47,4% têm caráter não familiar e 52,6% são caracterizadas como agricultura familiar. Referente à gestão desses estabelecimentos, nas propriedades de caráter não familiar 84% das propriedades são chefiadas por homens e 16% são geridas por mulheres. Já nas unidades familiares, 86% são chefiadas por homens e em 14% são as mulheres que fazem a gestão das atividades rurais. Esses dados ajudam a compreender esse universo para dialogar com o presente estudo.

Técnicas de coleta e análise dos resultados

Este estudo baseia-se em uma pesquisa qualitativa com caráter exploratório, realizada com o auxílio de um roteiro de questões abertas e fechadas, formulado com base nas categorias de análise preestabelecidas. Uma característica fundamental da pesquisa exploratória refere-se à especificidade das perguntas, que devem ser definidas desde o início, servindo como única abordagem (Babbie, 1986). Com base no objetivo do trabalho e na literatura utilizada para embasar o marco teórico, foram formuladas as categorias de análise expostas no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias de análise do estudo

Satisfação	Dificuldades
Preconceito	Sonhos

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A seleção das entrevistadas foi realizada por intermédio da indicação de extensionistas rurais da Emater Dom Pedrito (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Com os contatos telefônicos em mãos, iniciou-se a busca pela rede de entrevistas. Um primeiro contato foi estabelecido com cada mulher para apresentar a pesquisa e convidá-las a participar. É importante destacar a excelente aceitação por parte das entrevistadas em relação ao tema proposto. No total foram entrevistadas 11 mulheres que se destacam no trabalho em suas propriedades rurais, atuando sozinhas ou juntamente com seus companheiros.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2010). As discussões dos resultados estão fundamentadas na objetivação e na ancoragem, que permitem organizar os elementos constituintes das percepções ao longo do percurso pelo qual os elementos estudados adquirem materialidade, isto é, tornam-se expressões de uma realidade percebida como natural (Moscovici, 1981).

A objetivação possibilita a coleta de informações e crenças sobre o objeto de estudo, permitindo um processo de seleção e descontextualização que resulta na formação de um todo relativamente coerente, onde apenas uma parte da informação disponível é retida. Esse processo leva à naturalização do objeto. Os conceitos retidos no nó figurativo e suas respectivas relações constituem categorias naturais, adquirindo materialidade. Assim, os conceitos tornam-se equivalentes à realidade, e o abstrato torna-se concreto por meio de sua expressão em imagens e metáforas (Bardin, 2010). Por sua vez, a ancoragem serve à instrumentalização do saber, conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e gestão do ambiente (Jodelet, 1989). A seguir apresenta-se os resultados e discussões do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentados os dados obtidos por meio da imersão a campo, bem como as discussões realizadas a partir da análise dos resultados. O Quadro 2 traz a sistematização do perfil das entrevistas que compuseram o estudo.

Quadro 2 – Perfil das mulheres rurais entrevistadas e núcleo familiar

Entrevistada	Idade anos	Escolaridade	Estado civil	Tempo na atividade (anos)	Nº de familiares
1	66	Doutora em enfermagem	Divorciada	7	Sozinha
2	29	EMI	Casada	Desde nascida	3
3	44	EFI	Solteira	24	2
4	37	EFC	Casada	15	4
5	52	EFI	Solteira	52	Sozinha
6	--	EMC	Casada	28	4
7	64	EMI	Casada	47	5
8	--	EFC	Separada	3	6
9	32	Pós-graduada	Solteira	Desde nascida	3
10	30	EFC	Solteira	5	2
11	39	EMC	Casada	6 meses	4

Nota: **EFC** – Ensino Fundamental completo; **EFI** – Ensino Fundamental incompleto; **EMC** – Ensino Médio completo; **EMI** – Ensino Médio incompleto; **EFC** – Ensino Fundamental completo.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Quadro 2 aborda o perfil das entrevistadas e destaca mulheres de diferentes idades e estados civis, com variações significativas na escolaridade e no tempo de atuação. Essa diversidade é um reflexo das diferentes realidades que as mulheres enfrentam no campo.

Analisando a literatura, percebe-se que em outras regiões do Brasil, como o Nordeste, a participação de mulheres rurais tende a ser mais expressiva em atividades de agroecologia e manejo sustentável, principalmente por programas de agricultura familiar e cooperativas. Em contrapartida, no Pampa Gaúcho o papel da mulher no manejo da pecuária ainda é subestimado, especialmente em funções de liderança devido à forte tradição patriarcal (Nascimento *et al.*, 2024). Em áreas de maior acesso a políticas públicas e programas de apoio, como em regiões próximas a grandes centros urbanos, o grau de escolaridade é mais alto e a inclusão em atividades agroecológicas e cooperativas é mais frequente (Heredia; Cintrão, 2012). No Pampa Gaúcho, no entanto, muitas mulheres atuam de forma isolada ou com pouco apoio técnico e organizacional (Langbecker; Montardo; Ribeiro, 2021).

Na sequência das discussões apresenta-se o Quadro 3, o qual contém informações sobre as entrevistadas, detalhando suas propriedades (localidade, área), suas fontes de renda, a produção, a comercialização e a contratação de mão de obra.

Quadro 3 – Características das propriedades rurais

Entrevistada	Localidade	Área total da propriedade	Principal fonte de renda	O que é produzido	O que é comercializado	Contrata mão de obra
1	Santa Maria Chico	260 hectares	Pecuária	Carne, mel, animais, novilho, terneiros, borrego	Todos os produtos produzidos	Sim, 1 pessoa
2	Lagoa do Forno	13 hectares	Morango, flores, melão, tomate	Morango, flores, melão, tomate	Morango	Não, só na safra diarista

Entrevistada	Localidade	Área total da propriedade	Principal fonte de renda	O que é produzido	O que é comercializado	Contrata mão de obra
3	Fontouras	70 hectares	Pecuária	Gado de cria	Venda de terneiros	Não, mão de obra própria
4	Dom Pedrito	34 hectares	Queijos	Queijos e outros	Queijos e outros	Sim, 2 pessoas
5	Dom Pedrito	13,8 hectares	Horta, campo	Hortifruti, panificados	Hortifruti e panificados	Não
6	Dom Pedrito	87,12 hectares	Carne	Gado de corte	Carne	Não tem funcionários
7	Dom Pedrito	80 hectares	Pecuária de corte	Venda de animais	Carne	Não, ajuda da família
8	Dom Pedrito	16 hectares	Soja, arroz	Soja, gado, mandioca, batata	Soja, gado, mandioca, batata	Não
9	Na entrada da cidade	4 hectares	Hortaliças, milho, melão, ovos	Hortaliças, nozes, artesanato, milho, melão	Tudo que é produzido	Não
10	Sede	-----	Doces e panificados	Doces e panificados	Doces e panificados	Não
11	Parada Freitas	2 hectares	Loja de personalizados e verduras	Hortaliças e estampa	Hortaliças e loja de personalizados	Não

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

No Quadro 3, em relação à diversidade de produção e comercialização nas propriedades rurais, a análise dos dados evidencia uma diversidade significativa de atividades produtivas que variam de pecuária a hortaliças e leguminosas até o cultivo de soja e produção de queijos. Esse aspecto da multifuncionalidade das pequenas propriedades rurais é uma característica importante da agricultura familiar, permitindo a geração de renda por meio de diferentes canais de comercialização, como destaca Veiga (2008). A multifuncionalidade é uma estratégia fundamental para a sustentabilidade econômica das famílias rurais, uma vez que diversifica os riscos e aproveita melhor os recursos locais (Altieri, 2012).

No que se refere à questão de gênero e divisão do trabalho nas propriedades, o papel das mulheres é outro ponto central. Em várias respostas, elas destacam a ausência de contratação de mão de obra externa, muitas vezes contando com o apoio da família. Segundo Siliprandi (2015), essa dinâmica revela a persistência de desigualdades de gênero no campo, onde o trabalho feminino frequentemente é invisibilizado, apesar de essencial para a manutenção da unidade produtiva.

Ainda em relação aos desafios relativos à mão de obra, destaca-se, nas respostas, que a contratação de mão de obra nas propriedades rurais menores é bastante limitada, com a maioria das entrevistadas relatando a ausência de funcionários contratados. Quando ocorre, como no caso da entrevistada 1, residente na localidade de Santa Maria Chico, a contratação é mínima. Esses dados refletem um dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar: a dificuldade de acesso à mão de obra qualificada e o alto custo de contratação, como aponta

Graziano da Silva (2004). Esse fator, aliado à mecanização limitada e à dependência de ajuda familiar, dificulta a expansão da produtividade em muitas propriedades de pequeno porte (Schneider, 2016).

Outro ponto que merece destaque na análise do Quadro 3 supra, faz referência à sustentabilidade e segurança alimentar, pois algumas entrevistadas mencionam a produção de alimentos voltados ao consumo local, como hortaliças e produtos panificados. Esse tipo de produção tem forte relação com a segurança alimentar local e a sustentabilidade, conforme discutido por Ploeg (2009), que enfatiza o papel da agricultora familiar na preservação da biodiversidade e na oferta de alimentos saudáveis e diversificados. A produção agroecológica também é mencionada como um caminho relevante para melhorar a resiliência das pequenas propriedades ante às mudanças climáticas e às pressões do agronegócio (Altieri, 2012).

Trazendo as discussões para o universo das percepções em relação ao trabalho realizado pelas agricultoras e pecuaristas familiares, percebe-se, nas entrevistas, que a participação das mulheres na gestão das propriedades rurais revela-se ampla e multifacetada. Elas atuam em todas as etapas produtivas, desde o planejamento até a comercialização dos produtos. Ainda há, no entanto, uma divisão de tarefas que, em muitos casos, é condicionada por normas culturais e a percepção do que é considerado “trabalho pesado” ou “trabalho leve”. Os excertos apresentados no Quadro 4 externalizam essa condição.

Quadro 4 – Percepções das entrevistadas sobre suas atividades no trabalho rural

<i>“Faço tudo, mas se estamos os dois em casa ele fica com a parte mais pesada da lavoura e eu com a organização e comercialização”.</i>	Entrevistada 3, 29 anos (Lagoa Forno)
<i>“Faço todo o trabalho de campo, comercialização, toda gestão da propriedade”.</i>	Entrevistada 4, 44 anos (Fontouras)
<i>“Faço a contabilidade, planejamento, previsão das atividades mensais, anuais, cuidado da sanidade dos animais... todas as atividades inerentes à pecuária”.</i>	Entrevistada 1, 66 anos (Fontouras)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O argumento de que o trabalho “leve” ou “pesado” é culturalmente determinado alinha-se com a realidade observada nas falas das entrevistadas. Segundo Paulilo (2004), a valorização do trabalho é vinculada à posição hierárquica da pessoa que o executa. Isso significa que as mulheres, por estarem em uma posição subordinada no contexto familiar, têm seu trabalho muitas vezes desvalorizado ou subestimado, mesmo que suas tarefas sejam essenciais para a sustentabilidade da propriedade.

Em pesquisa realizada em Cruzeiro do Sul (RS), Brumer e Freire (1983) verificaram que a divisão de trabalho por gênero no meio rural brasileiro continua a ser marcada por uma distinção entre as tarefas consideradas adequadas ao homem e à mulher. A noção de que o homem realiza as tarefas que exigem maior força física e a mulher fica encarregada das atividades rotineiras, reflete essa lógica hierárquica, como observamos nos exemplos das entrevistadas. Sobre a divisão de trabalho em propriedades familiares, observar-se que o papel da mulher vai além da gestão doméstica, sendo, muitas vezes, crucial para a gestão financeira e estratégica da propriedade. Assim, por meio da fala das entrevistadas, reforça-se a importância de reconhecer o papel gerencial das mulheres, sobretudo em atividades de controle financeiro.

Na expectativa de seguir imergindo no universo de percepções das entrevistadas, perguntou-se *“como é para você estar à frente da gestão da propriedade?”* Os relatos coletados demonstram um sentimento generalizado de satisfação e orgulho entre as entrevistadas, que se identificam como protagonistas da gestão de suas propriedades, seja de maneira independente ou em parceria com seus cônjuges. Essa autopercepção positiva reflete a crescente valorização do papel das mulheres no meio rural, superando as barreiras tradicionais de gênero que, muitas vezes, limitavam sua participação efetiva nas tomadas de decisão.

A resposta de uma das entrevistadas, de 32 anos, destaca a confiança nas capacidades femininas de gestão: *“Ótimo! Bom as mulheres estarem à frente dos negócios, as mulheres conseguem gerir uma propriedade”* (Entrevistada 9, Sede). Este relato não apenas sublinha o orgulho pessoal, mas também desafia estereótipos que antes associavam a gestão rural exclusivamente aos homens. Outro testemunho, de uma entrevistada de 39 anos, reforça esse sentimento: *“Ótimo! Adoro cuidar do meu negócio”* (Entrevistada 11, Parada Freitas), o que evidencia o prazer e a realização pessoal no trabalho de gestão, aspectos que são, muitas vezes, negligenciados nas narrativas sobre trabalho rural.

Um terceiro depoimento, de uma mulher de 66 anos, revela o processo de superação das dificuldades iniciais: *“No início foi difícil, agora faço tudo sozinha e já peguei o ritmo. Tem altos e baixos, mas, após 7 anos, é fácil”* (Entrevistada 1, Santa Maria Chico). Este exemplo ilustra a resiliência e a adaptação que muitas mulheres precisam desenvolver para enfrentar os desafios da gestão de propriedades rurais, muitas vezes acumulando múltiplas funções.

Verificando a literatura, percebe-se que a participação feminina na gestão rural está ligada à sua capacidade de adaptação e inovação, além da habilidade em lidar com múltiplas tarefas, o que lhes permite garantir a sustentabilidade do negócio familiar (Siliprandi, 2015; Langbecker; Perleberg, 2014). Ademais, a literatura mostra que, apesar de enfrentarem barreiras como a falta de reconhecimento e o acúmulo de responsabilidades, as mulheres vêm assumindo cada vez mais responsabilidades gerenciais, contribuindo para uma transformação cultural no setor rural (Guivant, 2003; FAO, 2011).

Com base na literatura sobre o tema abordado neste artigo, buscou-se compreender como, no universo empírico estudado, se estabelece a relação entre o trabalho da mulher rural e as questões relacionadas à mão de obra. As respostas obtidas mostram que em muitas propriedades não há a presença de mão de obra extrafamiliar, sendo as agricultoras e pecuaristas responsáveis por grande parte do trabalho, contando, muitas vezes, apenas com o auxílio de familiares para dar conta das atividades no campo. Quando há a necessidade de contratar alguém, as entrevistadas relatam dificuldades significativas, principalmente pela escassez de mão de obra qualificada e pelo desinteresse generalizado pelo trabalho rural, uma realidade que agrava a sobrecarga das mulheres no campo.

Essa dificuldade em contratar mão de obra qualificada no meio rural é um problema amplamente discutido na literatura. De acordo com Abramovay (1998), a modernização da agricultura e a migração de trabalhadores para os centros urbanos têm gerado uma lacuna na disponibilidade de trabalhadores capacitados para atuar no campo, o que impacta diretamente a dinâmica das propriedades rurais familiares. Essa questão afeta, de forma particular, as mulheres, que, muitas vezes, assumem uma multiplicidade de tarefas para garantir a viabilidade do negócio familiar, agravando as desigualdades de gênero no setor agrícola.

Embora as agricultoras e pecuaristas entrevistadas atuem com garra e determinação na gestão de suas propriedades, elas apontam desafios significativos, tanto em relação ao esforço físico exigido pelas atividades rurais quanto, principalmente, ao respeito e reconhecimento de sua atuação nesse meio. A presença feminina na gestão ainda enfrenta resistências culturais e sociais que, muitas vezes, se manifestam de forma sutil, mas persistente. Como uma das entrevistadas mencionou: *“O tratamento é diferente por parte dos clientes por eu ser uma mulher gestora”* (Entrevistada 2, 29 anos, Lagoa do Forno). Outra agricultora observa uma barreira adicional na comercialização de seus produtos: *“Sim, muita dificuldade, se tem homens na concorrência de vendas, acho ser mais difícil a comercialização”* (Entrevistada 11, 39 anos, Parada Freitas).

Esses depoimentos revelam que, apesar dos avanços na inserção feminina no agronegócio e na agricultura familiar, as mulheres ainda encontram dificuldades ligadas aos estereótipos de gênero que permeiam o setor rural. Segundo Guivant (2003), as mulheres rurais enfrentam preconceitos que afetam tanto suas relações comerciais quanto suas interações com colegas e clientes, o que contribui para o sentimento de isolamento e para a necessidade constante de provar sua competência. Além disso, dados da FAO (2011) mostram que a disparidade de gênero no setor agrícola não se resume à divisão de trabalho, mas, também, se reflete no acesso a mercados, crédito e tecnologias.

Nem todas as mulheres, todavia, compartilham dessas dificuldades. Uma das entrevistadas, por exemplo, relata uma experiência distinta: *“Nunca enfrentei dificuldades; no início teve um estranhamento pelo fato de ser mulher, mas dificuldade não”* (Entrevistada 1, 66 anos, Santa Maria Chico). Essa pecuarista, que fez da atividade rural um projeto de aposentadoria, tem um perfil singular. Ex-professora universitária, ela retornou ao Pampa Gaúcho após o adoecimento dos pais e, além de gerir sua propriedade, é uma voz ativa nas discussões sobre a preservação do Bioma Pampa, somando-se a iniciativas de valorização e sustentabilidade da região.

Esse caso ilustra que o contexto de cada mulher rural pode variar, com fatores como formação acadêmica, redes de apoio e envolvimento em causas sociais, ampliando as oportunidades de reconhecimento e sucesso. As experiências compartilhadas, no entanto, refletem a resiliência e a adaptação que caracterizam a trajetória das mulheres rurais no Brasil, apesar dos obstáculos estruturais e culturais que ainda persistem.

Encerrando as discussões, foi dada às entrevistadas a oportunidade de compartilhar seus sonhos e expectativas em relação à profissão. Solicitou-se que expressassem suas respostas em uma palavra ou frase. A nuvem de palavras (Figura 2) a seguir foi elaborada a partir dos depoimentos das entrevistadas, refletindo essas percepções.

Figura 2 – Os sonhos de mulheres rurais traduzidos em palavras



Fonte: Elaborada pelos autores por meio do *software* Word Cloud (2024).

De forma geral, apesar das respostas das entrevistadas ilustrarem, além dos sonhos, preocupações, as palavras e frases ilustradas na Figura 2 destacaram a necessidade de maior união entre as mulheres, o reconhecimento do trabalho feminino, a redução do preconceito em relação às suas atividades e o apoio para a realização dessas tarefas. Dessa maneira, o que se entende pelo sonho da mulher rural permeia fatores sobre reconhecimento social, igualdade nas formas de trabalho e respeito pelas atividades exercidas, destacando cada vez mais o papel da mulher no cenário rural da agricultura familiar em Dom Pedrito, assim como em âmbito nacional.

A seguir são tecidas as considerações finais do estudo e apresentadas as referências bibliográficas consultadas na pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs-se a analisar a percepção de agricultoras e pecuaristas familiares no Pampa Gaúcho sobre seu papel na gestão rural. O estudo revela que as mulheres rurais no Pampa Gaúcho desempenham um papel fundamental na gestão de propriedades familiares, enfrentando desafios históricos relacionados à invisibilidade e à desvalorização de seu trabalho no cenário rural.

As dificuldades apontadas pelas entrevistadas, como preconceito, falta de reconhecimento e a sobrecarga de responsabilidades, refletem a persistência de barreiras culturais e estruturais históricas. Também se destacam a resiliência e a capacidade dessas mulheres em superar obstáculos e buscar soluções para os problemas enfrentados cotidianamente.

As entrevistadas demonstraram, em seus relatos, uma forte conexão com suas atividades de gestão, mostrando satisfação e orgulho por estarem à frente de suas propriedades, seja sozinhas ou em parceria com seus companheiros e/ou familiares. A divisão de tarefas, influenciada por normas culturais, ainda reflete distinções entre o que é considerado trabalho “pesado” e “leve”, mas muitas delas desafiam essas concepções ao assumirem papéis gerenciais e estratégicos nas propriedades.

A maior valorização do trabalho feminino e o apoio para a formação de redes de cooperação entre mulheres gestoras são passos cruciais para promover uma maior equidade de gênero no setor agrícola. Cabe considerar um outro ponto relevante, que é a demanda por políticas públicas que ampliem o acesso a recursos, como crédito, assistência técnica e tecnologia, elementos essenciais para fortalecer a autonomia das mulheres no meio rural. Assim, sugere-se a ampliação de estudos sobre o papel da mulher rural, com a finalidade de melhor compreender esse cenário bem como a influência de programas sociais e políticas públicas nessa dinâmica.

Ademais, as perspectivas futuras para as mulheres rurais estão centradas em um desejo comum por maior união, reconhecimento e diminuição do preconceito, como expresso nas palavras das entrevistadas. O caminho para a igualdade de oportunidades no campo ainda é longo, mas a força e a determinação dessas mulheres evidenciam que elas estão aptas a liderar essa transformação na busca pelo reconhecimento social e pela valorização de seu papel em atividades nas propriedades rurais, bem como para a sociedade como um todo.

Por fim, não se pretende esgotar o tema com os dados apresentados por este estudo, mas, sim, trazê-lo para a discussão como uma temática urgente e emergente que precisa de atenção e avanços.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BABBIE, E. *The practice of social research*. 4. ed. Belmont: Wadsworth Publ., 1986.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010. 280 p.
- BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília: DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 20 maio 2025.
- BUTTO, A. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 205-227, 2004.
- BRUMER, A.; DOS ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista Nera*, n. 12, p. 6-17, 2012.
- BRUMER, A.; FREIRE, N. M. S. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, ano XI/XI, p. 305-322, 1983.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007. p. 43-88.
- DA SILVEIRA JOIA, F.; ORFÃO, L. H. O papel da mulher em cargos de liderança no agronegócio. *Revista Estudo & Debate*, v. 30, n. 4, p. 103-114, 2023.
- FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Mulheres na agricultura: fechar a lacuna de gênero para o desenvolvimento*. Roma: FAO, 2011.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O futuro da agricultura familiar*. Brasília: MDA, 2004.
- GUIVANT, J. S. Mulheres no Agro: produção familiar e pluriatividade nas novas ruralidades. In: GUIVANT, J. S. (org.). *Agricultura familiar e pluriatividade*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p. 155-178.
- HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, n. 8, p. 1-28, 2012.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dom Pedrito*: panorama, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/dom-pedrito/panorama>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- JODELET, D. Les représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (org.). *Les Représentations Sociales*. Paris: Press University of France, 1989.
- KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 303-320, 2004.
- LANGBECKER, T. B.; MONTARDO, R. P.; RIBEIRO, C. M. Mulheres e a gestão em propriedades rurais: um estudo multicase em Dom Pedrito/RS. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 10., 2021, Campinas. *Anais* [...]. Campinas, SP, 2021.
- LANGBECKER, T. B.; PERLEBERG, C. S. A contribuição da mulher pecuarista como potencial ator na preservação da atividade de corte no município de Dom Pedrito-RS. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 8, n.1 e 2, 2014. DOI: 10.32760/1984-1736/REDD/2014.v8i2.6962
- MOSCOVICI, S. On social representations. In: FORGAS, J. P. (org.). *Social Cognition – Perspectives on Everyday Understanding*. London: Academic Press, 1981.
- NASCIMENTO, S. G. S. et al. Gestão ambiental e agricultura familiar: um olhar sobre o município de Dom Pedrito-RS. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 9, n. 3, p. 480-499, 2020.
- NASCIMENTO, S. G. S. et al. A relação de trabalho e espaço da mulher rural. *Cadernos de Agroecologia*, v. 19, n. 1, 2024.
- NOBRE, M.; MORENO, R. O trabalho e a autonomia econômica das mulheres agricultoras: tensões e desafios na construção de políticas públicas. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 25, p. 1-12, 2024.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 229-252, 2004.
- PLOEG, J. D. V. D. *The New Peasantries: Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization*. London: Earthscan, 2009.
- SCHNEIDER, S. *O rural brasileiro no século XXI*: mudanças, permanências e desafios. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.
- SERIGATI, F. C.; SEVERO, K; POSSAMAI, R. A inserção das mulheres no agronegócio. *AgroANALYSIS*, v. 38, n. 4, p. 16-19, 2018.
- SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia*: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352 p.
- VEIGA, J. E. da. A sustentabilidade como base para a agricultura familiar. *Estudos Avançados*, 2008 .

Autor Correspondente

Joélio Farias Maia
Universidade Federal de Pelotas – UFPel
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Campus Capão do Leão/RS Brasil. CEP 96010-900
maia.joelio@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

